

POLÍTICA

FALSA CENTRAL TELEFÔNICA

Diretor é vítima de golpe e escola perde quase R\$ 40 mil

Criminoso se passa por funcionário do banco, tem acesso a contas e faz transferências por pix; advogado diz que ação tem se tornado frequente

ANGELO LOPES
redacao@jornalribeirao.com.br

Um golpe aplicado por telefone causou um prejuízo de R\$ 32,8 mil à uma escola da rede municipal de Ribeirão Preto. A prefeitura e Polícia Civil apuram o caso e o diretor da unidade pode ter que devolver o dinheiro, se ficar comprovada sua responsabilidade no caso.

Segundo boletim de ocorrência, o diretor da unidade Escola Municipal de Educação Fundamental Professora Maria Inês Vieira Machado, Geremias Franco Carniel Rigobello, recebeu uma ligação de um homem que se apresentou como gerente do Banco do Brasil e afirmou ter detectado movimentações suspeitas na conta da escola.

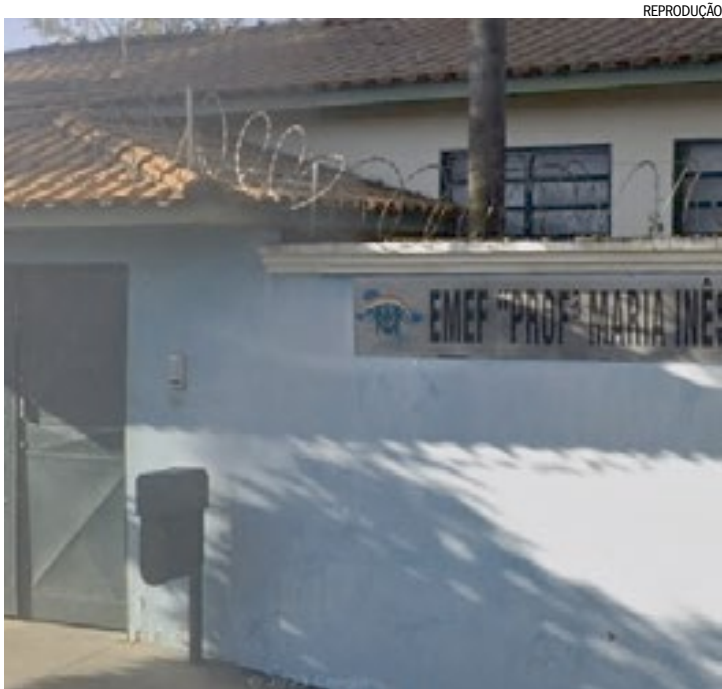
Sob o argumento de que havia um “vírus na rede Wi-Fi da unidade”, o golpista orientou o diretor a acessar um link enviado por mensagem. Assim que Rigobello clicou, o criminoso passou a ter acesso remoto às contas, de onde retirou os valores.

Além da perda de recursos da escola, houve acesso a contas familiares do diretor. O prejuízo pessoal não foi divulgado.

CONTAS

As perdas atingem três contas da Associação de Pais e Mestres (APM) da escola — entidade que movimenta recursos públicos repassados pela Secretaria Municipal da Educação. Duas delas, mantidas no Banco do Brasil, concentravam verbas de programas distintos: R\$ 16 mil do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Governo Federal, e R\$ 5,5 mil de subvenções municipais destinadas à manutenção da unidade. Outros R\$ 11,3 mil foram retirados de contas pessoais do diretor e da esposa dele.

Rigobello afirmou à polícia que está reunindo comprovantes e extratos bancários para auxiliar nas investigações. A Polícia Civil apura o caso.



Escola Maria Inês Vieira Machado: regra sobre uso ao banheiro foi revogada

GOLPE TEM SIDO COMUM E VEM AFETANDO MUITA GENTE, AFIRMA ADVOGADO

O caso vivido pelo diretor da escola não é exceção. Segundo o advogado Flavio Zeoti, que atua em causas do tipo, as redes sociais, principalmente o whatsapp, tem sido inundados com golpistas utilizando a mesma estratégia.

“Eles se passam por funcionários de bancos sob o pretexto de impedir operações fraudulentas mas, na verdade, se aproveitam e aplicam, eles mesmos, os golpes”. Segundo Zeoti, pode-se pedir restituição dos valores na Justiça. “O sucesso vai depender da participação da pessoa no golpe e as circunstância da ocorrência”, informa.

SECRETARIA ABRE AUDITORIA PARA APURAR OS FATOS E NÃO DESCARTA DEVOLUÇÃO DE VALOR

A Secretaria de Educação informou que, diante da denúncia apresentada, será conduzida auditoria para apuração dos fatos. “Existe um processo administrativo aberto para apurar a denúncia. Se houver irregularidade, cabe ao responsável devolver aos cofres públicos. Caso contrário, as contas não são aprovadas no fim do ano”, disse a pasta, em nota.

A Secretaria afirmou que “não tem ingerência direta nas decisões da APM”, mas orienta as unidades a manterem princípios de transparência e rigor na utilização e prestação de contas dos valores”.

Unidade vive polêmica após denúncia

A Escola Municipal Maria Inês Vieira Machado enfrenta uma série de denúncias após a adoção de um protocolo interno que restringia o uso do banheiro fora do horário de intervalo.

A regra, atribuída à direção da unidade, determinava que os alunos só poderiam ir ao banheiro em horários pré-definidos, o que gerou indignação entre pais e ex-funcionários.

O caso ganhou repercussão depois que uma criança de seis anos foi impedida

pela professora de usar o banheiro durante a aula e acabou urinando nas roupas. O short molhado foi colocado na mochila da aluna sem que os pais fossem informados do ocorrido. Segundo a mãe, apenas na aula seguinte a professora de Educação Física permitiu que a menina fosse ao banheiro — já tarde demais para evitar o constrangimento.

Após a publicação do episódio pelo Jornal Ribeirão, a direção da escola recuou e suspendeu a regra.



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

GANCHO DE 180 DIAS

Maurício Vila Abranches (PSDB), relator do processo disciplinar de cassação contra o vereador Bigodini (MDB), foi rápido no gatilho. O relator sugeriu aplicar uma suspensão de 180 dias ao vereador, exatamente como havia previsto este colunista no artigo do Jornal Ribeirão, sob o título “Influencers escancaram efeitos colaterais da democracia em Ribeirão Preto”.

APREENSIVOS

A decisão, entretanto, foi tensa. Os parlamentares do Conselho de Ética consultavam seus assessores jurídicos sobre as consequências de rejeitar a suspensão do vereador — o que, em tese, poderia significar sua absolvição — e se não haveria outro caminho senão a cassação. Comentava-se que os membros da Comissão de Ética saíram muito machucados politicamente dessa situação e não desejavam que essa dor fosse parar no plenário. Encontraram um “meio-termo” - na análise dos próprios parlamentares.

MISSA DE 7º DIA

Malandro é malandro, mané é mané. O vereador Jean Corauci (PSD) deixou a relatoria do caso Bigodini na Comissão de Ética dias antes do parecer de suspensão após afastamento médico de sete dias, o que, segundo ele, “atrapalharia” o andamento dos trabalhos. Dias antes, o vereador chegou a postar foto participando da Ultramaratona de Bertoga, no dia 18/10 — provas de 75 km e 42 km. Maurício Vila Abranches (PSDB) assumiu, então, os trabalhos da relatoria. A comissão não se reunirá nos próximos dez dias.

PISANDO EM OVOS

Noves fora a passada de pano, os vereadores estão tendo muito cuidado em relação ao que fazem e como agem após o caso Bigodini. O episódio trouxe todos os olhares da sociedade para a Câmara Municipal. O pedido de demissão da influenciadora Aline Bardy Dutra (PT) do cargo de professora da rede municipal — feito pelo presidente da Casa, Isaac Antunes (PL) — acabou por tensionar ainda mais os vereadores da Comissão Processante do caso Bigodini, motivo que pode ter deixado o vereador Corauci “adoentado”.

CPI SEMAFÓRICA

O Sistema Inteligente de Transporte (ITS) — Transporte Inteligente — está com a comunicação completamente confusa. Consórcio, Secretaria de Obras, Infraestrutura e RP Mobi falam idiomas diferentes, cada qual com sua visão de projeto, que, fatiados ou não, não se encaixam em nenhuma das partes. A moeda é uma só: R\$ 20 milhões em prejuízos. A CPI se aproxima de Antonio Daas Abboud, o Toninho Marvdeza e, quem sabe, de Duarte Nogueira. Ex-vice-prefeito e integrante da CPI, Daniel Gobbi (PP) comemora. Com moderação.

HAGARA FEDERAL

O influencer Hagara do Pão de Queijo deixou a primeira suplência do PL para se filiar ao Avante. Hágara também será presidente do partido na macrorregião de Ribeirão Preto, que abrange 100 cidades. Jogada arriscada. O Avnte não é o partido mais estável, e Hagara abriu mão de posição que o deixava como expectante a uma vaga na Câmara Municipal, cenário possível com candidatura de Isaac Antunes, que vem forte em qualquer cenário. Hagara informou que é pré-candidato a uma vaga no Congresso Nacional.

PL COMEMORA

A transferência de Hágara para o Avante foi uma solução que caiu do céu. Vereadores e filiados andavam incomodados com o protagonismo dos vídeos do influencer e, principalmente, com o fato de ele ser o primeiro suplente. O Avante é um partido de centro-esquerda, da base do governo Lula, cujo maior expoente é o deputado André Janones, defensor do presidente. É o que se ouve entre os ex-colégas de Hagara no PL.

ESQUERDOGATA

A Prefeitura anunciou que abrirá sindicância para apurar o excesso de faltas da professora e influenciadora Aline Bardy Dutra, a “Esquerdogata”. Aline é professora da rede municipal desde 2012. A sindicância visa apurar mais de 100 faltas justificadas por atestados médicos, o que pode comprovar, de fato, problemas de saúde mental da então professora. Quanto à exoneração, segundo especialistas, as faltas foram homologadas — portanto, dois trabalhos e um gasto. Exonerada, ela pode retornar por meio de ação judicial, cobrando indenização do município.